

ATA DA 440ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ (AMMVI), REALIZADA NO DIA DEZENOVE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E QUINZE, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC.

Aos dezoito dias do mês de novembro de dois mil e quinze, às quinze horas e trinta minutos, no Auditório da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI), realizou-se a quadringentésima quadragésima Assembleia Geral Ordinária da entidade, presidida pelo prefeito de Rodeio, senhor Paulo Roberto Weiss e secretariada por mim, Nair Teodoro Machado de Mello. Estiveram presentes prefeitos, técnicos e demais convidados, conforme registro de presença. Declarando aberta a assembleia, o presidente da AMMVI agradeceu a presença de todos, e, constatando quórum estatutário, deu início à assembleia. Inicialmente, o presidente determinou a leitura da Ordem do Dia, assim composta: 1 - Leitura e votação da ata da assembleia anterior; 2 - Saneamento básico e meio ambiente; 3 - Diagnóstico socioambiental e delimitação de áreas urbanas consolidadas; 4 - Defesa Civil; 5 - Situação financeira dos Municípios; 6 - Assuntos gerais. O presidente apresentou o item um, confirmando o recebimento antecipado da ata pelos prefeitos, que foi encaminhada para deliberação e, não havendo manifestação em contrário, o documento foi aprovado por unanimidade. Após, o presidente progrediu para o segundo item em pauta, exposto pela assessora de Saneamento e Meio Ambiente, senhorita Simone Gomes, momento em que apresentou um ofício encaminhado para todas as prefeituras pelo Ministério Público em que solicita o relatório anual sobre o que foi realizado e o que continua pendente com relação às cláusulas do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) na área de esgotamento sanitário. Segundo o ofício, os municípios têm até o final deste ano para apresentar o relatório anual das ações realizadas para o cumprimento do Termo. Comunicou ainda que nos dias um e dois de dezembro será realizado o VII Fórum Permanente de Prevenção aos Riscos de Desastres na Bacia do Itajaí, que terá como tema "Política Nacional de Segurança de Barragens: desafios e avanços de sua implementação no Estado de Santa Catarina". No primeiro dia terão palestras e no segundo dia será realizada uma visita técnica à barragem de contenção de cheias do município de Ituporanga e, ao mesmo tempo, uma oficina teórico-prática sobre as ferramentas de gestão de risco. Informou que nos dias onze e doze de novembro, os técnicos da Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí (Amavi) realizaram um treinamento sobre o Cadastro Ambiental Rural (CAR) com os técnicos dos municípios, por meio das imagens que foram disponibilizadas pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS). Tais imagens foram tratadas e convertidas pelos técnicos da Amavi em formato possível de trabalhar no software AutoCAD, estando agora disponíveis para os técnicos dos municípios, os quais poderão utilizá-las em diversos trabalhos. No que diz respeito ao CAR, a assessora acrescentou que o diferencial do sistema a ser utilizado é que ele facilita a importação direta do site da Amavi para o CAR nacional, porém isso vai depender da adesão dos municípios na elaboração do cadastro, e prevê-se ainda a necessidade de mais um treinamento para os técnicos dos municípios. O secretário executivo da AMMVI, senhor José Rafael Corrêa, acrescentou que sempre foi buscado perante aos diversos órgãos do Estado imagens que pudessem ser utilizadas pelos municípios, mas que somente agora foi conseguido com a SDS. Estas imagens estão em escala de 1:10.000, mas podem alcançar escala de 1:5.000 e de até 1:2.000. Recentemente alguns municípios, como Guabiruba, Timbó, Indaial e Blumenau, fizeram voos com imagens em escala melhor, mas nos municípios que não as têm, será trabalhado com estas imagens fornecidas. O senhor Corrêa citou como exemplo o município de Rodeio, que poderá separar todos os cursos d'água e todas as lagoas e isso para o CAR é muito importante. A senhorita Simone salientou ainda que, com relação a este trabalho, vai ser levado na próxima reunião do Colegiado, pois os técnicos



44 municipais demonstraram interesse durante o treinamento. O presidente progrediu para o terceiro item em
45 pauta, em que o arquiteto e urbanista da AMMVI, senhor Richard Buchinski, fez um relato sobre o
46 Seminário de Diagnóstico Socioambiental, que contou com a presença do promotor regional de justiça da
47 Área de Meio Ambiente de Jaraguá do Sul, senhor Alexandre Schmitt dos Santos. Na ocasião, o promotor
48 explanou sobre as dificuldades que estão enfrentando e apresentou a metodologia criada por eles, na qual
49 utilizam um método através de estacas perpendiculares ao rio e usam uma média estatística para os
50 cálculos. O promotor frisou que o objetivo de se criar o diagnóstico socioambiental ocorreu em virtude
51 das chuvas que vêm castigando a região, desta forma o Ministério Público de Santa Catarina (MP/SC)
52 vem conscientizando os prefeitos a realizarem este trabalho, que tem por característica nortear as políticas
53 de desenvolvimento urbano dos municípios a partir da identificação das áreas urbanas consolidadas, áreas
54 de interesse ecológico e áreas de risco. Essas informações permitirão às prefeituras a adoção de medidas
55 para se fazer a regularização dos terrenos, para coibir ocupações irregulares e proteger os locais com
56 importância ambiental. A metodologia apresentada foi criada pelo município de Jaraguá do Sul em
57 conjunto com as seguintes entidades: MP/SC, Instituto Jourdan, Fundação Jaraguense de Meio Ambiente
58 (Fujama), Secretaria Municipal de Urbanismo da Prefeitura de Jaraguá do Sul e Associação dos
59 Municípios do Vale do Itapocu (Amvali). O trabalho está sendo elaborado com a participação direta e
60 efetiva do promotor regional de justiça do Meio Ambiente de Jaraguá do Sul, senhor Alexandre Schmitt
61 dos Santos e pela geógrafa do Instituto Jourdan, senhora Suzane Venturin. O senhor Buchinski explicou
62 dois conceitos de Área Urbana Consolidada. Segundo a resolução do Conselho Nacional do Meio
63 Ambiente (Conama) nº 303/2002, Área Urbana Consolidada é aquela que atende os seguintes critérios: a)
64 definição legal pelo poder público; b) existência de, no mínimo, quatro dos seguintes equipamentos de
65 infraestrutura urbana: malha viária com canalização de águas pluviais, rede de abastecimento de água,
66 rede de esgoto, distribuição de energia elétrica e iluminação pública, recolhimento de resíduos sólidos
67 urbanos, tratamento de resíduos sólidos urbanos e densidade demográfica superior a cinco mil habitantes
68 por km². Já pela definição da Lei Federal 11.977/2009 (Minha Casa Minha Vida), artigo 47, Área Urbana
69 Consolidada deverá ter uma densidade demográfica superior a cinquenta habitantes por hectare e malha
70 viária implantada. Diante disso, o MP/SC, com o intuito de padronizar a sua atuação no Estado, criou os
71 dez enunciados que explicam a interpretação do órgão quanto à legislação ambiental vigente. Neste caso,
72 o enunciado principal, nº 2, traz como conceito de Área Urbanizada Consolidada aquela situada em zona
73 urbana delimitada pelo poder público municipal, com base em diagnóstico socioambiental e que preenche
74 os requisitos constantes nas alíneas “a” e “b”, do inciso XIII do artigo 2º da Resolução Conama 303/2002
75 (priorizando-se a implantação do tratamento do esgoto sanitário), excluindo-se desta a exigência
76 constante na alínea “c” do mencionado artigo (densidade demográfica). A solução encontrada pelo
77 município de Jaraguá do Sul foi de não trabalhar com a limitação dos cinquenta habitantes por hectare e,
78 para desenvolver sua metodologia, os técnicos fizeram a sobreposição de imagens e coletaram dados do
79 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de áreas do perímetro urbano dos municípios e
80 juntaram com o levantamento aerofotogramétrico da SDS. Após isso, foi feita outra metodologia utilizada
81 para áreas de preservação permanente, que são: desenhos de estacas, distantes cinco metros umas das
82 outras, perpendiculares à margem do corpo d’água; fotointerpretação para a delimitação da área com
83 construções na Área de Preservação Permanente (APP); delimitação da distância das construções, com
84 relação à margem do corpo d’água; cálculo da média da distância das construções; cálculo da média por
85 lote; média da distância das construções; utilização através do método estatístico da melhor média. O
86 secretário executivo da AMMVI salientou que, em conversa com os procuradores de justiça senhor

87 Leonardo Todeschini e senhora Patrícia Dagostin Tramontin, foi sugerido que a AMMVI crie uma
88 metodologia utilizando o modelo já implantado por eles. Além disso, informou aos prefeitos que tem uma
89 reunião agendada para o dia quatro de dezembro com o Ministério Público, entretanto, precisa saber se os
90 municípios têm interesse em participar deste projeto, pois a Amvali já atua neste projeto e colocou à
91 disposição um geólogo e uma geógrafa para acompanhar os trabalhos. Após discussões, o presidente da
92 AMMVI definiu que, depois da reunião com o MP/SC, o secretário executivo e o arquiteto e urbanista
93 façam um estudo com levantamento de profissionais e custos que serão necessários para este projeto e
94 apresentem tais valores na próxima Assembleia. Prosseguindo a reunião, o presidente passou a palavra ao
95 senhor Buchinski para discorrer sobre o quarto item, onde esclareceu que o Centro de Operações do
96 Sistema de Alerta da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí-Açu (Ceops) trabalha em parceria com a
97 Universidade Regional de Blumenau (Furb) e tem dezessete estações de telemetria para cumprir a análise
98 do nível de vazão em cada uma das estações. O secretário executivo da AMMVI frisou que foi assinado
99 um convênio com o Ceops pelo período de seis meses, e que dentro deste precisa ser conversado com o
00 Secretário de Estado de Defesa Civil para verificar o posicionamento com relação ao projeto e, se a
01 posição deste for favorável, será solicitado apoio das demais entidades governamentais e Associações de
02 Municípios. Informou que o prefeito de Rio dos Cedros está em Brasília com o intuito de buscar recursos
03 para cobrir prejuízos de mais de um milhão de reais devido às chuvas dos últimos dias. Expôs ainda que
04 foi realizada uma audiência do Fórum Parlamentar Catarinense na sede da AMMVI, em que o vice-
05 presidente da Federação Catarinense de Municípios (Fecam), senhor Hugo Lembeck, sugeriu a realização
06 de uma nova reunião em Brasília entre os prefeitos, Fórum Parlamentar e Ministérios da Integração e das
07 Cidades, haja vista que não foram verificadas as demandas de prioridades na nossa região. Esta reunião
08 foi agendada para dia doze de novembro, para qual o presidente da AMMVI viajou para a capital federal,
09 no entanto, devido ao desastre em Minas Gerais, houve o cancelamento da mesma no final do dia
10 anterior. Diante disso, o presidente da AMMVI pediu para enviar um ofício solicitando novo
11 agendamento de audiência. Em prosseguimento ao quinto item, o senhor Corrêa discorreu sobre o evento
12 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TCE/SC), denominado “Descompasso Federativo no
13 Financiamento da Saúde Pública Brasileira”, que terá como um de seus temas os repasses financeiros na
14 área da saúde pública. Expôs ainda a importância da representatividade da Associação de Municípios por
15 meio de um prefeito que, na ocasião, terá a oportunidade de falar das problemáticas regionais vivenciadas
16 diariamente. Em discussão, o prefeito de Indaial, senhor Sergio Almir dos Santos, aceitou a indicação
17 como representante da AMMVI no evento. Na sequência, o secretário executivo iniciou o assunto sobre a
18 situação financeira dos Municípios, expondo que este tema é recorrente nas assembleias e que, para
19 conhecimento de todos, os dados atualizados quanto ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM)
20 seriam apresentados. Complementou informando que as previsões da Secretaria do Tesouro Nacional
21 (STN) não se confirmaram, pois a queda do FPM para setembro foi maior do que a prevista, como
22 também o aumento para outubro foi pouquíssimo e o crescimento em novembro bem singelo. O senhor
23 Corrêa ponderou ainda sobre as dificuldades enfrentadas pelos municípios diante de tais indicadores,
24 como por exemplo, a queda dos resultados do FPM na comparação entre os anos de dois mil e quinze e
25 dois mil e quatorze. Comentou também acerca da inflação, segundo o Índice Nacional de preços ao
26 Consumidor Amplo (IPCA), confirmada em outubro, o acumulado dos últimos doze meses está em
27 9,93%, e segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), em 10,33%. Com base neste
28 cenário, discorreu sobre a arrecadação dos municípios que compõem a AMMVI, bem como os reajustes
29 anuais de cada município e a atuação do TCE/SC sobre estas contas. Na sequência, foi passada a palavra



30 ao assessor jurídico da AMMVI, senhor Luiz Claudio Kades, que discorreu a respeito da revisão geral
31 anual e destacou que dentre os quatorze municípios, nove possuem a data-base no mês de janeiro e com
32 reajuste previsto pelo INPC. Os demais municípios possuem como data-base os meses de fevereiro,
33 março ou maio. O senhor Kades alertou ao fato de que, por possuírem suas revisões estipuladas ao mês de
34 janeiro, os municípios devem estar atentos aos prejulgados do TCE/SC que estabelecem que a aplicação
35 da revisão geral anual deverá estar vinculada a um índice inflacionário e não poderá ser parcelada. Após
36 discussões, consensuou-se a necessidade de reuniões, consultas e diálogos com entidades como o
37 Tribunal de Contas e a Fecam sobre a viabilidade da remodelação das legislações próprias de cada
38 município com vistas à desvinculação de índice inflacionário na elaboração de revisões gerais anuais.
39 Passando ao próximo item da pauta, em assuntos gerais, o presidente da AMMVI comentou acerca do
40 calendário de final do exercício dos municípios, bem como da definição pelos prefeitos do período de
41 recesso da Associação, qual seja, de vinte e um de dezembro de dois mil e quinze a seis de janeiro de dois
42 mil e dezesseis, iniciando as atividades em sete de janeiro de dois mil e dezesseis. Na sequência, o senhor
43 Paulo Roberto Weiss falou sobre as mudanças ocorridas junto à Caixa Econômica Federal no Programa
44 “Minha Casa Minha Vida” onde houve redução do crédito, tornando praticamente inviável a realização de
45 novas construções em nossa região. Diante disso, o presidente comunicou que a Senhora Leda Souza,
46 gerente regional da Caixa Econômica Federal, solicitou um espaço na próxima Assembleia para conversar
47 com os prefeitos. Prosseguindo, também discorreu sobre as emendas parlamentares de dois mil e quinze,
48 que foram empenhadas no ano de dois mil e quatorze. Informou que o prazo expira em trinta de dezembro
49 para aprovação de projetos junto à Caixa Econômica Federal. Igualmente, apresentou aos presentes a
50 Revista Turismo, juntamente com os valores propostos pela revista para fins de divulgação dos
51 municípios da região do Médio Vale do Itajaí. Em discussão, a presente proposta foi rejeitada. Por fim,
52 convidou a todos para a última Assembleia de dois mil e quinze, a realizar-se no dia dez de dezembro,
53 compreendendo nesta data um encerramento das atividades. Nada mais havendo a tratar, o senhor
54 presidente da AMMVI encerrou a assembleia, agradecendo a presença de todos. E para constar, eu, Nair
55 Teodoro Machado de Mello, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim,
56 pelo senhor presidente e pelo senhor secretário executivo da AMMVI.



Paulo Roberto Weiss
Presidente da AMMVI
Prefeito de Rodeio



José Rafael Corrêa
Secretário Executivo da AMMVI



Nair Teodoro Machado de Mello
Auxiliar Contábil da AMMVI